

identificar na ficção antuniana a solidão, a incomunicabilidade, a litania e a força coerciva do passado que impedem qualquer solução para a depressão, assim como com as críticas dos leitores que reduzem a obra do escritor ao diálogo surdo de quem está enredado em rotinas miseráveis. André Corrêa de Sá não tem dúvidas: ao trazer a sua formação psiquiátrica para a literatura, Lobo Antunes propõe uma profundíssima reflexão sobre a natureza humana, inovando sobremaneira o modo de fazer literatura. O universo criado pelo escritor convida a visitar a intimidade das personagens, ensina a escutar atentamente para conhecer o passado e desejar um futuro, num trajeto que inverte o caminho do depressivo, ao abandonar as relações patogênicas e as dependências modernas (como os fármacos ou a tecnologia), recriando núcleos afetivos e abraçando a vida através de uma prática terapêutica.

Em *Depressão e Psicoterapia* não se usa a depressão como “um libelo acusatório, nem contra traumas infantis, nem contra a guerra colonial, nem contra a psiquiatria hospitalar” nem muito menos como “metáfora para uma melancolia romantizada”. O que André Corrêa de Sá defende é a analogia entre a psicopatia e o artifício romanesco, explicando como a montagem narrativa de Lobo Antunes é extremamente cuidadosa e tem um objetivo muito concreto: reconstruir o ambiente terapêutico que dá a conhecer a atmosfera depressiva e que permite a mudança. Detentor de um estilo ensaístico que

combina magistralmente exposição crítica e elaboração imagética, André Corrêa de Sá oferece uma apreciável análise não só aos críticos literários conhecedores da obra de Lobo Antunes, mas também ao público leitor em geral, desmistificando, sem simplismos, a aura de obscuridade e derrotismo que envolve a obra de um dos escritores maiores das letras portuguesas dos séculos XX e XXI.

*Patrícia Martinho Ferreira*

<https://orcid.org/0000-0003-0311-2027>

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_11\\_25](https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_25)

**IBERIANISM AND CRISIS: SPAIN AND  
PORTUGAL AT THE TURN OF THE  
TWENTIETH CENTURY**

**ROBERT PATRICK NEWCOMB**

**Toronto: Univ. Toronto Press, 2018**

**246 páginas. ISBN 9781487502966**

Robert Newcomb é Professor em Estudos Luso-Brasileiros e Literaturas Hispano-Latino Americanas na Universidade da Califórnia em Davis. É codiretor do Departamento de Espanhol e Português assim como fundador e codiretor do Grupo de Investigação em Estudos Ibéricos Comparados da Universidade da Califórnia. Para além sua extensa atividade pedagógica, é igualmente um autor prolífico. Tem publicado regularmente em revistas especializadas e redigido capítulos em volumes coletivos. É co-editor dos volumes *Beyond Tordesillas: new*

*approaches to Comparative Luso-Hispanic Studies* (2017) e *Transatlantic Studies: Latin America, Iberia, and Africa* (2019). Finalmente, é o autor de *Nossa and Nostra América: Inter-American Dialogues* (2011) e de *Iberianism and Crisis: Spain and Portugal at the turn of the twentieth century* (2018), livro sobre o qual se ocupará esta recensão. Na sua investigação, adota uma abordagem comparatista às literaturas e, assim, culturas luso-hispânicas. Como sugerido nos títulos das obras acima referidas, o autor procura relacionar não apenas diferentes literaturas nacionais, mas também diferentes áreas culturais, em particular a ibérica.

Trata-se de um dos autores referências dos Estudos Ibéricos, uma disciplina que pretende libertar os Estudos Literários e Culturais dos limites impostos pela lógica binária exclusiva associada ao paradigma nacional. A abordagem comparatista de Robert Newcomb não tem como objetivo a identificação de literaturas nacionais bem delimitadas entre si. Pelo contrário, propõe uma perspectiva horizontal que procura substituir a substancialização dos cânones literários nacionais por uma abordagem relacional e transnacional imune às tentações hierarquizantes que tendem a considerar as diferenças a partir de um modelo hegemónico.

Em *Iberianism and crisis*, Robert Newcomb apresenta o movimento iberista da transição do século XIX para o século XX como objeto de estudo privilegiado para pensar os Estudos

Ibéricos. Considera que estes estão mais adaptado para compreender os fenómenos transfronteiriços e translinguísticos peninsulares. Afirma o autor que, ao adotar uma abordagem comparativista ao espaço multilinguístico ibérico a partir de uma lógica inclusiva não hierarquizante, os Estudos Ibéricos apreendem as relações que as culturas peninsulares entretêm entre elas e, assim, a interdependência existente.

Para demonstrar a importância do iberismo para os Estudos Ibéricos, Robert Newcomb selecionou para análise, e tendo Oliveira Martins em filigrana ao longo do texto, cinco autores representativos da diversidade cultural peninsular e cujos pensamentos dificilmente podem ser compreendidos na sua plenitude sem a consideração da natureza multicultural e plurilinguística ibérica. O autor começa por analisar o impacto do iberismo na obra de Antero de Quental (1842-91). A tese defendida é a de que o iberismo não se reduz a uma simples fase do pensamento do autor de *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Pelo contrário, encontra-se presente em diferentes períodos do seu pensamento ao evoluir com este ao mesmo tempo que o condiciona.

Robert Newcomb identifica três fases diferentes no iberismo anterior. A primeira corresponde ao período entre 1864 e 1868 marcado pelas ideias republicanas e federalistas. Trata-se do período em que Antero de Quental redige o poema “Ibéria” e, sobretudo, *Portugal Perante a Revolução de Espa-*

na, panfleto este publicado em reação à “Gloriosa” que depôs a Rainha Isabel II de Espanha. O subtítulo deste panfleto — *Considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica* — é sugestivo das esperanças criadas em intelectuais progressistas tais como Antero de Quental, mas igualmente da relevância que o espaço peninsular tinha nas suas análises sobre Portugal.

A esta primeira fase do iberismo anterior marcado pela defesa de uma República federal ibérica segue-se, com *Causas da decadência dos povos peninsulares*, uma outra em que é questionado o processo histórico de declínio no qual a Península se encontrava desde o século XVII. O iberismo não é, assim, abandonado, mas evolui de político para marcadamente histórico-cultural onde, à maneira hegeliana, é pensado o carácter dos povos ibéricos e a sua materialização no palco da história. Finalmente, na terceira e última fase do iberismo anterior são recuperados conceitos anteriormente formulados e aplicados ao tema iberista, em particular, afirma Robert Newcomb, os de povo enquanto personalidade coletiva e de liberdade individual como condição para que os povos realizem os seus fins históricos, como princípio motor da história e do universo.

No terceiro capítulo, o autor apresenta a obra de Emilia Pardo Bazán (1851-1921) como exemplo sintomático de como o iberismo coloca em causa as categorias tradicionais de Portugal e

Espanha ao desafiar o princípio segundo o qual a um Estado corresponde uma comunidade cultural claramente delimitada e, assim, identificável. O rio, enquanto mediação e passagem, é precisamente o símbolo dessa incongruência entre limites políticos e culturais, em particular quando lhe é atribuída a função de fronteira. É o caso do Rio Minho que divide Portugal da Galiza, mas que representa também, para a fundadora da “Revista de Galicia”, a continuidade linguística, geográfica e cultural entre as comunidades portuguesa e galega.

Robert Newcomb nota que tal representação do Rio Minho não é uma particularidade dos escritos da autora galega. Ela é partilhada ora por Oliveira Martins ora ainda por Miguel de Unamuno. Contudo, a importância de Pardo Bazán encontra-se na consideração de que a afirmação da literatura e cultura regionais galegas assim como da afinidade galaico-portuguesa não resulta numa qualquer ambição de separatismo político com Espanha. Por outras palavras, existe uma distinção entre política e cultura que rompe com o princípio de identidade entre Estado (aparelho) e Nação (comunidade linguística e cultural). Apesar disto, e no contexto do Rexurdimento, Pardo Bazán não deixou de apresentar argumentos com fortes implicações políticas. Opondo-se ao separatismo galego, afirma a legitimidade da literatura regional galega no cânone espanhol, enquanto este possui um carácter universal. Acusa o separatismo de confundir Pátria, de dimensão

espiritual e universal, e Terra, de ordem íntima e afetiva. Sublinha então Robert Newcomb que, segundo Pardo Bazán, confundir Pátria e Terra implica uma perversão da Pátria ao retirar-lhe a sua espiritualidade e, assim, universalidade.

O capítulo seguinte é reservado a Miguel de Unamuno (1864-1936), filósofo do casticismo nascido em Bilbao e que muito escreveu sobre Portugal, em particular na sua extensa correspondência que manteve com intelectuais portugueses. Robert Newcomb destaca em Unamuno a sua abordagem teleológica a esta diversidade peninsular, enquanto as tensões entre as diferenças ibéricas resultariam numa unidade superior. Nota o autor que a abordagem teleológica unamuniana é aplicada, nomeadamente, às línguas peninsulares. Estas não seriam herméticas, entidades em si mesmas, mas estariam integradas num processo no qual as relações estabelecidas entre elas – Unamuno afirmava a importância para os escritores ibéricos de dominar as diferentes línguas peninsulares – resultariam numa língua peninsular compósita.

A Península Ibérica seria então uma unidade dialética expressa no pensamento unamuniano pelo recurso aos conceitos bíblicos de “carne” e de “osso”. A paisagem galaico-portuguesa é associada à ternura feminina, à substância e matéria face à rígida e masculina Espanha casticizada. Nestas representações, Portugal seria a carne, enquanto Espanha seria o osso, a estrutura básica. Assim sendo, da mesma

forma que Portugal necessita de Espanha para adquirir uma estrutura, Espanha necessita de Portugal para possuir substância. Portugal surge enquanto categoria essencial para pensar Espanha na medida exata em que Espanha torna-se numa categoria fundamental para pensar Portugal. Contudo, nesta relação de interdependência, o castelhano mantém a sua posição central pois é a partir dele, do seu enriquecimento que a resolução das diferenças linguísticas intra-peninsulares ocorreria.

Robert Newcomb sublinha o pensamento complexo, por vezes aparentemente contraditório, e evolutivo do pensamento de Unamuno no que diz respeito às línguas peninsulares e ao seu iberismo. Por exemplo, nota o autor que Unamuno passou do regionalismo e da afirmação da necessidade em europeizar a Península para uma defesa da língua e cultura castelhanas enquanto agentes de unificação peninsular e de diferenciação com a Europa. No entanto, mais do que eventuais considerações sobre o papel central reservado à língua e cultura castelhanas e a sua função para a unidade peninsular, o que Robert Newcomb enfatiza no pensamento de Unamuno é a conceção da Península Ibérica enquanto entidade dialética na qual as diferenças estão em relação permanente, contrariando assim a ideia de identidades culturais e linguísticas autossuficientes.

O quinto capítulo trata de Joan Maragall (1860-1911), poeta catalão da transição do século XIX para o século

XX, cujo pensamento encontra-se marcado pela coexistência de diversas pertenças em relação e tensão permanentes. Pertenças essas de diferentes escalas que vão da Catalunha à Europa, passando por Espanha e a Península Ibérica, rompendo assim com toda a abordagem exclusiva nos processos de identificação. Se, por um lado, Joan Maragall defendeu que toda a relação entre Catalunha e Espanha seria feita em detrimento do pensamento catalão, por outro lado a Espanha da qual pretendia que a Catalunha se libertasse era uma certa Espanha decadente associada a Castela. A resposta a esta decadência seria o comprometimento da Catalunha na reconstrução espanhola com um projeto catalão para uma nova Espanha progressista e europeia com a Catalunha a servir de ligação entre a Península e a Europa.

Nesta relação entre pertenças não existe uma abordagem teleológica em que o fim é a resolução das diferenças numa unidade superior, como podemos ver em Unamuno com quem Joan Maragall manteve uma correspondência regular. Enquanto em Unamuno existe, afirma Robert Newcomb, um movimento excêntrico em direção à unidade, em Maragall esse movimento é interior. A unidade ibérica não é a unidade resultante da resolução das diferenças, mas o produto de um movimento íntimo em que cada comunidade cultural e linguística peninsular encontra em si mesma a raiz comum e, a partir dela, relaciona-se com os restantes

povos peninsulares. Relação essa que se traduziria por um sistema federal capaz de expressar a divisão tripartida da Península – Catalunha, Castela e Portugal-Galiza – recuperada, em seguida, por outros catalanistas.

Finalmente, Robert Newcomb analisa o pensamento de Salvador de Madariaga (1886-1978), escritor galego que foi igualmente Ministro da Justiça durante a Segunda República antes de exilar-se em Inglaterra com o início da Guerra Civil espanhola. Liberal e europeísta tendo participado no Congresso Europeu de 1948 ao lado de figuras como Churchill, Adenauer ou ainda Denis de Rougemont, Madariaga foi um forte opositor à ditadura de Franco e ao separatismo catalão, com o qual conviveu devido aos contactos que manteve com outros exilados.

Robert Newcomb destaca a influência que Oliveira Martins teve não apenas no pensamento de Madariaga, mas também na sua atividade pública, nomeadamente na Universidade de Oxford. Como uma das primeiras obras traduzidas no quadro da “Chair of Spanish Studies”, Madariaga escolheu a *História da Civilização Ibérica* de Oliveira Martins. A escolha em traduzir um historiador português no quadro dos Estudos Espanhóis não foi, sugere Robert Newcomb, desinteressada. Tal escolha legitimava a visão para a Península Ibérica defendida por Madariaga, legitimação essa realizada a partir de uma instrumentalização do pensamento de Oliveira Martins de modo a afirmar:

a existência de uma civilização ibérica; a artificialidade da divisão política em dois Estados soberanos; a sua oposição ao separatismo catalão.

Tal como Joan Maragall, também Madariaga propunha a solução federal para a Península Ibérica. Contudo, o elemento federador seria a própria Espanha e não uma das periferias peninsulares. Oliveira Martins surge então para legitimar esta posição com a autoridade que lhe dá a sua condição de historiador português e não espanhol. Contudo, defende Robert Newcomb, se é verdade que Oliveira Martins afirmou a artificialidade da divisão política peninsular e adotou uma visão crítica sobre as elites dirigentes portuguesas do período pós-Restauração, destes pontos não resulta a defesa de uma unidade ibérica, algo que Madariaga conclui.

Robert Newcomb menciona ainda outras considerações importantes de Madariaga sobre Portugal e Catalunha. Por exemplo, sublinha a conceção de civilização peninsular como Península Espanhola. Igualmente, Madariaga alerta os catalães desejosos de independência para o destino de Portugal após 1640, um destino de decadência provocado pela quebra de unidade. Ou, ainda, defende Castela da acusação de ambições hegemónicas na Península ao afirmar que tal hegemonia resulta, não do seu suposto imperialismo, mas do sair de cena, do *desengagement* de portugueses e catalães do futuro peninsular. Porém, mais do que estas

considerações, Madariaga representa, segundo Robert Newcomb, a ligação entre o iberismo da transição do século XIX para o século XX e a atualidade.

As questões presentes em Madariaga sobre não apenas as relações entre o centro e a periferia peninsulares, mas também sobre uma Espanha federal dentro de uma Europa ela igualmente federal são contemporâneas do autor assim como do primeiro quarto de um século XXI profundamente marcado por uma série de crises com forte impacto na Península Ibérica. Robert Newcomb defende a tese da natureza cíclica do iberismo, uma natureza cíclica associada a períodos de fortes crises. Foi no contexto da crise de consciência provocada pelo sentimento ibérico de decadência que o movimento intelectual iberista surgiu e consolidou-se na segunda metade do século XIX. Igualmente, é no contexto de uma série de profundas crises que as ideias iberistas regressam ao debate público, seja graças à afinidade peninsular surgida após a crise financeira de 2008 – a qual reabilitou a narrativa de uma Península atrasada e separada pelos Pirenéus do resto da Europa – seja ainda como consequência do processo político catalão que nos obriga a pensar em alternativas ao choque entre nacionalismos espanhol e catalão.

A relevância dos estudos sobre o iberismo é acentuada por um contexto marcado por fortes crises, sendo que podemos adicionar a crise dos refugiados e a atual crise pandémica às duas

crises mencionadas por Robert Newcomb. Contudo, tal relevância manifesta-se igualmente na função que o objeto iberista pode exercer para a clarificação dos princípios que orientam os Estudos Ibéricos e que legitimam, assim, a sua pretensão em propor uma compreensão original da realidade linguística e cultural ibérica que vá além da que nos oferece o Hispanismo tradicional. Neste sentido, *Iberianism and crisis* revela-nos toda a sua importância ao, através de uma apresentação do pensamento ibérico e iberista nas suas diferentes expressões peninsulares, sublinhar a *mise en cause* das categorias tradicionais assentes em abordagens nacionais, com todas as delimitações que tais abordagens implicam.

Presente na segunda metade do século XIX ao ponto de aproximar as diferentes comunidades intelectuais peninsulares numa espécie de República das Letras ibérica, o iberismo marcou o pensamento de vários autores, afirmou a incongruência entre comunidades culturais e comunidades políticas, assim como a existência de diferentes expressões linguísticas e culturais em relação. Levantou também questões tão contemporâneas e europeias como o são a da construção de uma entidade política capaz de traduzir a diversidade cultural e nacional da comunidade que pretende representar, ou ainda a das relações centro-periferia e unidade-diversidade. O iberismo pode, finalmente, contribuir para a exploração da coexistência entre diferentes escalas – local, regio-

nal, nacional e europeia – nos processos de identificação. O movimento iberista é um objeto de estudo longe de estar esgotado. Pelo contrário, oferece-nos muita matéria para reflexão nos Estudos Ibéricos e noutras disciplinas dos mais diversos campos, não fosse a Península Ibérica, espaço onde coexistem diferentes comunidades culturais e linguísticas que partilham uma história comum, uma expressão em ponto pequeno dessa outra Península que é a Europa.

David Duarte

<https://orcid.org/0000-0002-8868-275X>

[https://doi.org/10.14195/2183-847X\\_11\\_26](https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_26)

#### **LA MIRADA IBÉRICA A TRAVÉS DE LOS GÉNEROS LITERARIOS**

**ANTONIO RIVERO MACHINA, GUADALUPE NIETO CABALLERO, ISMAEL LÓPEZ MARTÍN Y ALBERTO ESCALANTE VARONA (EDS).**

**Berlin: Peter Lang, 2019**

**97 páginas. ISBN 9783631777626**

O livro aqui em análise, *La mirada ibérica a través de los géneros literarios*, parte de uma seleção de textos apresentados ao II Congreso Internacional de Investigación y Crítica sobre Literatura Española (2018), organizado pela *Asociación de Investigación y Crítica sobre Literatura Española* (ASICLE), da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade da Extremadura, Cáceres. Esta coletânea de textos sucede a *Nuevas perspectivas y aproximaciones sobre la crítica de la literatura en español* (2018),